



PORTARIA Nº 2334/2022-GP, DE 01 DE JULHO DE 2022

A Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO a necessidade de fomentar a interação e a troca de experiências entre as diversas comarcas do Estado e com outros Tribunais;

CONSIDERANDO a necessidade de instituição e implementação do Banco de Boas Práticas de servidores e magistrados, com o intuito de catalogação de ideias que resultem na melhoria da prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO o Macrodesafio “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados e 12.1 Iniciativa Estratégica: Aprimoramento do Domínio de Serviços de TIC”, parte integrante do Planejamento Estratégico e do Plano de Gestão do biênio 2021-2023;

CONSIDERANDO a necessidade de disseminar, esclarecer e estimular ações, procedimentos e fluxos que proporcionem o cumprimento dos prazos e a melhor prestação jurisdicional no âmbito das Unidades judiciárias;

CONSIDERANDO, finalmente, o projeto apresentado pelo Secretário de Informática, Diego Baptista Leitão.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a implementação do PROJETO **ROBÔ MIGRADOR 4.0**, apresentado pelo Secretário de Informática, Diego Baptista Leitão, cujo objetivo realizar de maneira automatizada a indexação dos processos digitalizados, que antes, era feita manualmente.

Art. 2º Os termos do ROBÔ MIGRADOR 4.0, devem ser publicados e fazem parte integrante desta Portaria.





Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se. Cumpra-se.

Belém, 01 de julho de 2022.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
Desembargadora Presidente do TJPA

TJPA - DIÁRIO DA JUSTIÇA - Edição nº 7416/2022 - Quinta-feira, 21 de Julho de 2022



Assinado com senha por CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO(usuário).
Use 3323401.21517665-7271 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>
Documento gerado por JARINÁ DE NAZARE DA SILVA MOURAO *Data e hora: 01/08/2022 13:26



PAPPR202200057





1 IDENTIFICAÇÃO

TÍTULO	PROJETO: ROBÔ MIGRADOR 4.0
RESPONSÁVEL	Diego Leitão
UNIDADE DE LOTAÇÃO DO RESPONSÁVEL	Secretaria de Informática
LOCALIZAÇÃO DE ATUAÇÃO DO PROJETO	Estado do Pará
PRAZO DE EXECUÇÃO	Março de 2021 a dezembro de 2022

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O projeto está alinhado ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Estadual, conforme a Resolução nº 9 de 30 de junho de 2021, no macrodesafio Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados e 12.1 Iniciativa Estratégica: Aprimoramento do Domínio de Serviços de TIC. Alinhado com a Resolução nº 289 de 2019 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e com o ODS 16 - que se referem à promoção de sociedades pacíficas e inclusivas com acesso à Justiça para todos e com instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

3 JUSTIFICATIVA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu um sistema único de processo digital – o Processo Judicial Eletrônico (PJE), buscando a interação entre os órgãos do Poder Judiciário, além da participação dos profissionais da advocacia e dos colaboradores da Justiça.

Embora a Lei do Processo eletrônico tenha sido decretada em 2006 (Lei 11.419/2006), foi a partir de 2011 que alguns Tribunais passaram a receber novos processos apenas no formato eletrônico. Atualmente, a digitalização de processos judiciais é regra em todo o Judiciário Estadual.





Com a crescente adoção dos Tribunais de Justiça brasileiros ao modelo de processo eletrônico, associado à crescente informatização da prática jurídica, uma série de desafios tecnológicos têm surgido, em especial, no que se refere a adaptar processos, sistemas e tecnologias ao volume e velocidade de crescimento de dados não estruturados. Com o advento da transformação digital, aliada à globalização, as atividades do Poder Judiciário também foram adaptadas. A digitalização de processos judiciais vem se consolidando ao longo do tempo.

O cenário pandêmico que se agravou a partir de março de 2020, tornou ainda mais latente a necessidade de virtualização dos processos. Observou-se que quanto maior o percentual de processos eletrônicos nos tribunais, menor foi o impacto da pandemia, pois permitiu a manutenção do trabalho da Justiça. Por outro lado, quanto maior o acervo físico, maior foi o impacto, pois os processos ficaram parados durante esse período.

O Poder Judiciário do Estado do Pará - PJPA por meio da portaria nº1833/2020-GP de 03 de setembro de 2020, instituiu o Sistema de Digitalização e Virtualização de Processos Judiciais e criou as Centrais Regionais de Digitalização e Virtualização, e em janeiro de 2021 quando foi concluída a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), eram 618.039 mil casos pendentes, no Sistema Libra, segundo dados do DPGE/TJPA. Com isso, houve a necessidade de ampliar os mecanismos que proporcionem agilidade, produtividade, eficiência e qualidade na prestação jurisdicional, através da transformação digital.

A transformação do Poder Judiciário paraense em 100% digital, passa por ações voltadas a acelerar o processo de digitalização e virtualização dos processos judiciais.

Garantir ao PJPA condições e infraestrutura tecnológica, humana e de materiais que viabilize a digitalização e virtualização dos cerca de 618 mil processos físicos (em fevereiro/2021), através de parcerias públicas e privadas, com o objetivo de promover a melhor eficiência e celeridade na prestação jurisdicional. Para que as ações voltadas a digitalização e migração tenham sucesso, a transformação digital e as tecnologias digitais são de fundamental importância promovendo descentralização e desconcentração de serviços





através de automação de rotinas, de novos fluxos e processos de trabalho que viabilizem e agilizem a digitalização e migração dos processos físicos para o Processo Judicial Eletrônico (PJe).

As unidades Judiciárias foram autorizadas por meio do Portaria nº 1304/2021-GP de 05 de abril de 2021 a virtualizar seus acervos de processos físicos em tramitação e firmar parcerias com entes públicos e privados para digitalizar processos.

Com o andamento do processo de digitalização e migração dos processos físicos, foi observado que o ritmo de migração era muito lento, não acompanhando a digitalização que andava em passos mais acelerados, nesse sentido, foi identificado a necessidade de acelerar o processo de migração, com isso foi pensado a possibilidade de inovação, criando um Robô para realizar a etapa de migração dos processos físicos do LIBRA para o PJE, após a realização da digitalização, visto que o Robô migrador executa atividades que antes eram manuais como conversão, particionamento, assinatura e upload de arquivos, o que proporciona a liberação dos servidores para, por exemplo, reforçarem a digitalização.

4 PÚBLICO ALVO

Magistrados(as) e Servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

5 OBJETIVOS

5.1 GERAL

Migração de 100% dos processos físicos para o PJe.

5.2 ESPECÍFICOS

- Desenvolver um software para agilizar a migração;
- Realizar de maneira autônoma ou pré-programada os processos de fragmentação e migração que, antes, eram feitos manualmente.

6 METAS

- Migrar até 5 mil processos por dia.





- Digitalizar e Migrar 100% dos processos físicos, em 2022.

7 METODOLOGIA

8

A Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) desenvolveu robôs para atuar nas fases de conversão, fragmentação e migração do processo à plataforma digital. Com isso, a tecnologia possibilita a automatização parcial no processo de trabalho, o que, anteriormente, era realizada de modo manual.

A virtualização de cada processo físico deve obedecer às fases de higienização, digitalização, indexação, fragmentação e migração ao sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe). A novidade é que os robôs entram em cena na fragmentação e na migração, com o propósito de automatização das fases. A migração é a última etapa do processo, na qual ocorre a transferência do arquivo digitalizado ao PJe.

Os robôs funcionam como programas de computador e são capazes de realizar trabalhos de maneira autônoma ou pré-programada. Eles farão os processos de fragmentação e migração que, antes, eram feitos manualmente. E realizam os processos de captação, particionamento, inclusão ao PJe, assinatura e colocação da certidão de migração no Sistema Libra.

9 CRONOGRAMA

ETAPA	PRAZOS		PRODUTO	QUANTIDADE	RESPONSÁVEL
	INÍCIO	TÉRMINO			
Desenvolvimento do Compactador de Vídeos	01/03/21	05/03/21	Compactador de Vídeos desenvolvido	1	Hellen Alves da Silva
Desenvolvimento de Conversor de arquivos de vídeo e áudio	08/03/21	12/03/21	Conversor de arquivos de vídeo e áudio desenvolvido	1	Hellen Alves da Silva



PAPPR202200057





Desenvolvimento de Segmentador de arquivos	15/03/21	17/03/21	Segmentador de arquivo desenvolvido	1	Hellen Alves da Silva
Desenvolvimento de Robô consumidor de arquivos de rede	18/03/21	26/03/21	Robô consumidor de arquivos de rede desenvolvido	1	Rodrigo Oliveira Medeiros
Desenvolvimento de Migrador para o PJE	29/03/21	01/04/21	Migrador para o PJE desenvolvido	1	Rodrigo Oliveira Medeiros
Criação de serviço de Consulta de processo no Libra	05/04/21	09/04/21	Consulta de processo no Libra criada	1	Hellen Alves da Silva e Rodrigo Oliveira Medeiros
Criação de Interface Amigável	12/04/21	27/05/21	Interface criada	1	Marília Paulo Teles
Instalação em Produção	28/05/21	31/05/21	ROBÔ MIGRADOR instalado	1	Marília Paulo Teles e Rodrigo Oliveira Medeiros
Homologação do ROBÔ MIGRADOR	01/06/21	15/06/21	ROBÔ MIGRADOR Homologado	1	Marília Paulo Teles
Criação do Projeto Piloto	16/06/21	14/07/21	Projeto Piloto criado	1	Marília Paulo Teles
Disponibilização ROBÔ MIGRADOR para uso	15/07/21	15/07/21	ROBÔ MIGRADOR disponibilizado	1	Murilo de Melo Silva e Rodrigo Oliveira Medeiros
Implementação nas Unidades judiciárias	12/07/21	19/12/22	ROBÔ MIGRADOR disponibilizado	100%	Secretaria de Informática

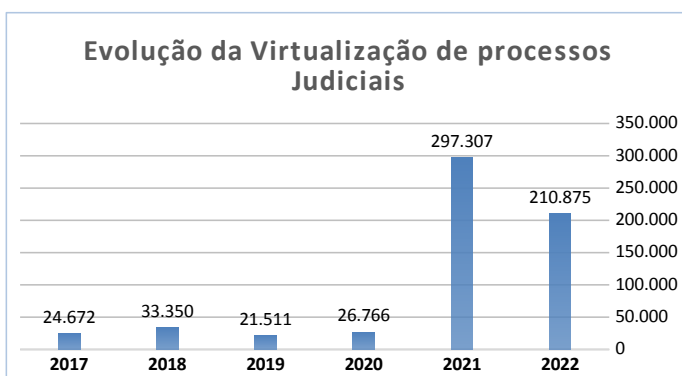




10 RESULTADOS ALCANÇADOS

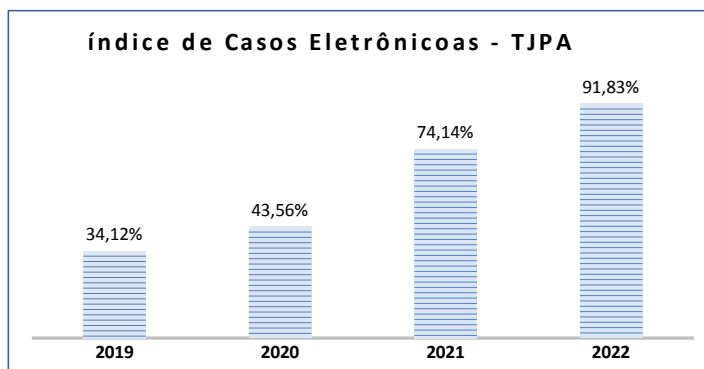
Nas duas últimas fases, as equipes de trabalho contam com auxílio do Robô Migrador 4.0, programa de computador desenvolvido pela equipe da Secretaria de Informática do TJPA. Ele realiza processos de fragmentação e migração, que, antes, eram feitos manualmente, com a responsabilidade de realizar os processos de captação, particionamento, assinatura e inclusão ao Pje. É capaz de realizar trabalhos de maneira autônoma ou pré-programada. A funcionalidade se mostra essencial para que o TJPA alcance seu objetivo na migração de processos ao sistema Pje.

Analisando a evolução do processo de virtualização dos processos judiciais ano a ano, desde 2017 quando foi iniciado, até 15 de junho de 2022, é evidente a mudança de patamar que a implantação do Robô Migrador 4.0, proporcionou ao processo de virtualização dos processos judiciais, nos primeiros 4 anos (2017, 2018, 2019 e 2020) em que não existia o Robô, a média de virtualização de processos judiciais era de 26,5 mil por ano, e em 2021 que o Robô começou a funcionar a partir de julho, foram virtualizados pouco mais de 297 mil processos judiciais.



Fonte: Coordenadoria de Estatística/DPGE





Fonte: Coordenadoria de Estatística/DPGE

10 RECURSOS

10.1. Humanos:

Para a implementação deste projeto foi necessário o envolvimento de uma equipe composta por três (3) analistas de Sistemas e um (1) Analista de Banco de Dados do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

10.2. Materiais:

Infraestrutura tecnológica já disponível no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

10.3. Orçamentários:

Sem ônus para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

11 EQUIPE

NOME	CARGO/UNIDADE	PAPEL
Rodrigo Oliveira Medeiros	Analista Judiciário/SECINFO	Analista de Sistemas
Hellen Alves da Silva	Analista Judiciário/SECINFO	Analista de Sistemas
Marília Paulo Teles	Analista Judiciário/SECINFO	Analista de Sistemas





Murilo de Melo Silva	Analista Judiciário/SECINFO	Analista de Banco de Dados
----------------------	-----------------------------	----------------------------

12 PARCEIROS EXTERNOS

INSTITUIÇÃO	ÁREA	PAPEL
Sem parceiro externo		

13 DIFICULDADES ENCONTRADAS

- A instabilidade diária do PJE tem comprometido a produtividade da migração. O robô migrador somente funciona com o PJE em pleno funcionamento.
- Nos horários de pico (10h às 14h) a capacidade de migração do robô diminui.
- Em algumas ocasiões os documentos ficaram desordenados no Pje.
- Processos volumosos ou com muitas mídias que o tornam pesado, precisam ser migrados em parte porque travam no robô e não concluem a migração.

14 REFERÊNCIAS





SALOMÃO, Luís Felipe; BRAGA, Renata. O papel do Judiciário na Agenda 2030 da ONU. *Conjur*, opinião, 9 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-jul-09/salomao-braga-judiciario-agenda-2030-onu>>. Acesso em: 15.07.2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Cartilha Justiça 4.0*. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/06/Cartilha-Justica-4-0-WEB-28-06-2021.pdf>. Acesso em 13.07.2022.

Inteligência Artificial do TJPA integra levantamento de projetos do CNJ <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1358152-inteligencia-artificial-facilita-indexacao-de-processos.xhtml> Acesso em 13.07.2022.

GABRIEL, Martha; *Inteligência Artificial: Do zero ao Metaverso*; Editora Atlas Ltda; Barueri, SP, 2022.

GREGÓRIO, Alvaro; ZANONI, Luciana Ortiz Tavares Costa; JUNIOR, Paulo Cezar Neves; *Inovação no judiciário: Conceito, Criação e Práticas do Primeiro Laboratório de Inovação do Poder Judiciário*; Editora: Edgard Blucher Ltda; São Paulo, 2019.

